

Renato Geraldo Mendes  
Egon Bockmann Moreira

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
**Repensando a contratação pública**  
**e o dever de licitar**

Curitiba • 2016

Copyright © 2016 Editora Zênite

1ª edição, outubro de 2016.

**Projeto Gráfico e finalização:** Joelma Staviski Sanchez Gomes

**Revisão:** Fabia Mariela De Biasi

## **ZNT EDITORA**

www.zenite.com.br

editora@zenite.com.br

(41) 2109-8666

---

MENDES, Renato Geraldo / MOREIRA, Egon Bockmann.

Inexigibilidade de licitação. Repensando a contratação pública e o dever de licitar / Renato Geraldo Mendes / Egon Bockmann Moreira. Curitiba: Zênite, 2016. 395 p.

ISBN: 978-85-99369-31-9

---

Todos os direitos reservados dos autores.

É expressamente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem prévia autorização da editora (Lei nº 9.610, de 19.02.98, DOU 20.02.98).

**Impresso no Brasil**



## Sumário

Prefácio I .....	13
Prefácio II .....	19
Apresentação .....	23
1. Introdução .....	31
2. A lógica do regime jurídico da contratação pública que precisa ser entendida por todos nós.....	39
3. A questão da regra e da exceção – quando a licitação deve ser a regra? Afinal, quando é cabível a licitação? .....	51
4. A questão do “interesse público” <i>versus</i> interesse privado .....	63
5. Qual o princípio mais importante da contratação pública: igualdade ou eficiência? Como é possível harmonizá-los? Pode haver conflito entre eles? Como deve ser resolvido? .....	73
6. A licitação nem sempre produz a melhor contratação .....	83
7. O que se deve entender por “contratação eficiente”? .....	89
8. O quê, quando, onde e como? .....	101
9. A isonomia artificialmente construída pelo edital.....	111
10. A licitação e o prestígio ao princípio da igualdade processual.....	121
11. A questão da redução dos riscos e a garantia da segurança .....	127
12. Por que a licitação do tipo técnica e preço não é capaz de garantir a melhor proposta quando a solução for insuscetível de definição por critérios objetivos?.....	137

13. Os diferentes tipos de singularidade no regime jurídico da Lei nº 8.666/93 .....	149
14. As contratações são sempre personalíssimas? .....	161
15. Inexigibilidade de licitação como dever no RDC e na Lei nº 8.666/93 .....	169
16. Inexigibilidade e os critérios de definição do preço .....	181
17. A caracterização de atividade como serviço técnico-profissional especializado .....	203
18. A autonomia do <i>caput</i> do art. 25 da Lei nº 8.666/93 e a contratação de serviços técnicos profissionais especializados .....	225
19. Exclusividade do fornecedor e a hipótese de inexigibilidade prevista no inc. I do art. 25 da Lei nº 8.666/93 .....	245
20. Conclusões finais e ponderações complementares .....	263
21. O projeto de Lei nº 559 e o que o futuro nos reserva... ..	287
<b>Anexo I – Legislação .....</b>	<b>293</b>
<b>Anexo II – Súmulas e acórdãos do TCU sobre inexigibilidade de licitação .....</b>	<b>321</b>
<b>Anexo III – Acórdãos do STF, STJ, TRF e TJ .....</b>	<b>337</b>
<b>Anexo IV – AGU, OAB e Conselho Nacional do Ministério Público .....</b>	<b>363</b>
<b>Anexo V – Arts. 64 a 67 do PLS nº 559 .....</b>	<b>371</b>
<b>Anexo VI – Proposta dos autores de revisão dos arts. 64 a 67 do PLS nº 559 .....</b>	<b>381</b>
<b>Anexo VII – Obras doutrinárias .....</b>	<b>393</b>